

# Polêmicas, discussões, avanços e tendências na trajetória dos cursos de comunicação no Brasil

*Polemics, discussions, advances and tendencies in the trajectory of communication courses in Brazil*

Joaquim Sucena Lannes<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo pretende resgatar alguns dos aspectos mais significativos da trajetória do ensino de jornalismo no Brasil. Analisar tendências em diversas épocas. Apontar os principais distorções e dispositivos que nortearam os diversos modelos de ensino adotados em prol da formação para este campo através dos tempos. Além de levantar as principais lutas pelo ensino acadêmico no setor.

**ABSTRACT:** This article intends to rescue some of the most meaningful aspects of the teaching trajectory of journalism in Brazil, to analyze tendencies in several epochs, to point the mainly distortions and devices which guided the different teaching patterns adopted in favor of the formation to this field through ages, besides rising the mainly struggles for the academic teaching in the sector.

**Palavras-chave:** Ensino de jornalismo. Cursos de jornalismo. Cursos de comunicação.  
**Keywords:** Journalism Teaching. Journalism Courses. Communication Courses.

## I. INTRODUÇÃO

Polêmica e controversa, a necessidade da formação superior para o campo do jornalismo encontra simpatia e oposições desde a defesa de Gustavo Lacerda da tese da implantação, em seu discurso de posse, ao assumir a presidência da então Associação de Imprensa, em 1908. A intenção ficou registrada na ata de implantação da ABI (Associação Brasileira de Imprensa) e faz parte de cinco outras intenções que nortearam a fundação dessa entidade representativa:

“...habilitar, por meio de título de capacitação intelectual e moral, o pretendente à colocação no jornalismo...” (SÁ, 1999, p. 50)

Desde essa época, as posições contrárias ao ensino para o campo

---

<sup>1</sup> Professor e chefe do Departamento de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: joaquimsucenalannes@gmail.com

dividem espaço com as que defendem a formação de melhores quadros e jornalistas mais bem preparados para o mercado. Para muitos, essa formação, tal e qual ocorre nos dias atuais, é necessária e passa obrigatoriamente pelos bancos acadêmicos. Tal fato, segundo especialistas, teria imposto à profissão uma substancial melhoria dos quadros e um exercício mais ético e eficiente para a categoria.

As opiniões contrárias, no entanto, variam em posições de que jornalismo se aprende no dia a dia das redações e que para o seu exercício não há necessidade de um ensino específico ou de diploma de nível superior. Fato este contrariado pelo dia a dia nas redações, em que tempo para o aprendizado não existe. No exercício profissional, o jornalista tem que estar atento a tudo e vive correndo atrás das fontes, do tempo e do espaço para emplacar suas matérias e “furos” nas edições. Há ainda uma corrente que afirma que a exigência do diploma para o jornalismo é uma forma de “reserva de mercado” e que tal fato fere a democracia e o livre exercício do jornalismo no país. Contudo, se formos analisar a situação sob esse prisma, todas as profissões que exigem uma formação superior para o seu exercício, fatalmente deveriam ser encaradas da mesma forma. Vide a advocacia, a medicina, a engenharia, entre outras tantas.

Tal pensamento desmerece toda uma categoria e coloca o jornalismo em um patamar de mera e simples atividade, tirando-o da posição de profissão digna e necessária para a democracia e para a sociedade.

As posições antagônicas geram, há muito, debates ferrenhos e disputas que se desenvolvem não só no meio profissional, mas também a partir das entidades de classe, do próprio meio acadêmico, no âmbito político e mais recentemente no jurídico.

Kunsh (1992) explica que “o ensino de comunicação no Brasil passa por contínuos questionamentos, que ocorrem não só nos debates internos das próprias escolas, mas, sobretudo, nos seminários e congressos nacionais promovidos pelas entidades da área.”

Nesse sentido, a autora se refere a entidades como a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ); Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom); Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ); Associação Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor); e Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação (Sociocom), que têm por foco o jornalismo, a pesquisa no setor e a formação profissional para o campo.

Do discurso de Lacerda até os dias de hoje, registra-se mais de um século de lutas em prol do aperfeiçoamento da formação, com vistas ao exercício profissional. E durante essa trajetória, uma série de medidas, dispositivos e leis foram criados, em diversos âmbitos, regulamentando ou balizando o processo que tem sido estudado, discutido, modificado e aperfeiçoado ao longo do tempo. Tais iniciativas são adotadas no sentido de se proporcionar não só uma melhor adequação à proposta da formação adequada para o campo, que há muito é reclamada e desejada pelas próprias empresas jornalísticas e pela sociedade,

mas também com vistas à regulamentação do jornalismo, no sentido de criar um conjunto de medidas legais que rejam a profissão.

Cabe ressaltar que, desde o início, as lutas e aspirações sempre tiveram como alvo a formação de um jornalista melhor e mais capacitado para o desempenho da sua função na sociedade: informar, com isenção, com fortes sentimentos éticos e capacitação técnica, capaz de interpretar e traduzir os fatos sob a forma de reportagens.

Além disso, o ensino voltado para o campo tem como um dos seus alvos proporcionar ao futuro profissional uma perfeita percepção e entendimento de sua função social e de sua importância para a sociedade.

O ensino do jornalismo em escolas durante toda a sua trajetória culmina com uma história rica em detalhes, modelos de ensino e um campo de atuação sempre revigorado e revitalizado pelas discussões, avanços, e pelos diversos estudos conquistados no decorrer dos tempos. Contudo, há de se pensar que, por este mercado sempre em mutação e sempre galgando degraus em prol da qualidade, ainda é preciso avançar muito para que possamos atingir especializações cada vez mais próximas do atendimento à classe e à sociedade como um todo.

Lamentavelmente no mercado ainda existem setores resistentes – tanto nos meios profissionais quanto no acadêmico –, que insistem em ignorar a importância dessa atividade para a sociedade. Esses setores distorcem as intenções de boas práticas e acabam por colocar a profissão e os profissionais em xeque. Em suma, prejudicam sem a intenção de ajudar a aprimorar e melhorar.

Não se pode negligenciar, no entanto, o fato de que a partir da formação superior o mercado passou a ser abastecido por profissionais mais bem preparados e especializados para o exercício da profissão.

Para tanto, um sem número de instituições, entidades e organizações têm lutado e fomentado debates, pesquisas e incentivos à formação, com vistas a atingir um grau sempre crescente de aperfeiçoamento profissional. Desde a sua implantação nos idos do Século XX, quando os profissionais do setor advinham de áreas como a advocacia, teologia ou pedagogia, até os dias atuais, nos quais a vocação é aliada a uma formação mais direcionada ou aprofundada, os resultados positivos no dia a dia da profissão têm sido visíveis e indiscutíveis.

Segundo Marques de Melo, a luta por uma formação voltada para o setor não é nova:

Contra essa tese se insurgiu um empresário moderno: Cásper Líbero, um autêntico self-made-man, que enriqueceu, ao criar uma precoce organização multimídia, na cidade de São Paulo, e decide fundar uma escola de Jornalismo. (MARQUES DE MELO, 2011)

O cenário descrito pelo autor ocorre nos primórdios da história dos cursos no país:

No final da década de 40, existiam apenas dois cursos universitários de comunicação em território brasileiro. Uma escola privada

em São Paulo, de inspiração católica, subsidiada pelas empresas do Grupo Cásper Líbero. Uma escola pública, no Rio de Janeiro, financiada pelo governo federal, tutelada, academicamente, pela elite profissional reunida na Academia Brasileira de Imprensa (ABI). (MARQUES DE MELO, 2011)

## 2. A TRAJETÓRIA DE CRÍTICAS E AVANÇOS

Desde que o primeiro pronunciamento de Lacerda fez menção ao ensino da profissão, passou-se o tempo e, em 1915, a ABI elaborou um documento que viria a ser o primeiro projeto de um curso de Jornalismo produzido no Brasil. A iniciativa foi aprovada em 1918 no I Congresso Brasileiro dos Jornalistas, realizado no Rio de Janeiro, também promovido pela Associação. Adilsa Sá, no livro *O jornalista brasileiro*, conta que a proposta foi considerada o ponto alto do evento e que a filosofia do ensino do jornalismo à época ficou implícita no documento elaborado por esse evento:

Segundo o regulamento estabelecido para a Escola de Jornalismo, onde havia ideias colhidas nas organizações norte-americanas, o curso geral seria de três anos, além de um curso vestibular de dois anos, que são de preparo para a matrícula no Instituto. A Escola de Jornalismo, que não seria oficial, que não faria doutores nem bacharéis, mas que se propunha unicamente a propiciar a seus alunos o ensino de matérias julgadas essenciais à prática da profissão, cuidando da cabeça e das mãos dos estudantes, com a teoria necessária e a prática das artes de gravar. Ao lado do programa das aulas do curso teórico propriamente dito, a Escola ministraria o ensino prático. Seria, então, fundado o jornal para os alunos e na redação e nas oficinas dessa folha iriam os estudantes desenvolver praticamente a sua força na sintaxe e na ortografia da língua. O jornal seria a escola de aplicação, onde os alunos completariam os seus estudos, redigindo reportagens, que poderiam ser mundanas, artísticas, policiais ou sociais, escrevendo artigos de política e finanças, com orientação própria ou ditada pelo professor, fazendo a crítica de música, pintura, teatro e letras, conforme o adiantamento no Curso regular da Escola. (SÁ, 1999, PP. 52-53)

No entanto, Vitor de Sá em “A escola de Jornalismo” (*apud* MARQUES DE MELO, 1974) observa que “a ABI não criou a sua ‘escola’, isto só vai acontecer com Anízio Teixeira, em 1935, na então Universidade do Distrito Federal”.

Cláudia Peixoto de Moura (2002) confirma o fato em seu livro *O curso de comunicação social no Brasil: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares*, no Anexo 2 “Cronologia do Ensino de Comunicação Social no Brasil”:

935 – indícios da implantação de uma cátedra de Jornalismo, caracterizando um curso superior na área, vinculado à Universidade do

Ao longo do tempo, o contingente de cursos e universidades que oferecem a formação para o jornalismo vem se multiplicando e se distribuindo regionalmente pelo país, com destaque para a década de 1960, quando esse crescimento foi mais acentuado, devido o “modismo” que se criou em torno dele. Nesta década, outras áreas da comunicação ganham força com a abertura de novos campos comunicacionais de estudos, tais como Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Radiodifusão e Cinematografia.

Há de se ressaltar que à época os cursos eram polivalentes e os bacharéis eram habilitados a atuar nas cinco áreas da comunicação. Os cursos polivalentes tiveram, no entanto, curta duração e na década de 70 foram extintos.

A profissão, então, só foi regulamentada 29 anos depois da primeira oferta, 1969, no governo militar do Marechal Arthur da Costa e Silva, quando o diploma passou a ser uma exigência para o exercício profissional.

Nos anos 70, segundo Marques de Melo (2011), “a expansão das faculdades de comunicação foi da ordem de 150%, em relação à cifra registrada na década anterior:

É nessa conjuntura que surgem os cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado, vocacionados para a formação de docentes – pesquisadores que pretendem atuar nos cursos de graduação. (MARQUES DE MELO, 2011)

Nesta mesma década, “a comunicação deixa de ser um campo tipicamente profissional para se converter em área acadêmica, legitimada pelo sistema nacional de fomento à ciência e tecnologia.”

Já na década de 80, verificou-se um hiato no processo de expansão e aperfeiçoamento dos cursos:

A transição da Ditadura Militar para o regime civil, ancorado na constituição de 1988, impõe um controle de qualidade às novas instituições universitárias, inibindo as iniciativas aventureiras no mercado educacional (MARQUES DE MELO, 2011)

Antes da volta do crescimento, a partir de 1990, ainda na década de 80, a regulamentação para a abertura de novos cursos superiores e o saneamento do tráfico de influências, impostas pelo Ministério da Educação, inibiram o crescimento desordenado no setor. A partir daí, foram criados sistemas e dispositivos para a avaliação da capacidade instalada de novos cursos e do desempenho dos já existentes. Este fato, de certa forma, imprimiu maior qualidade para o ensino e para a formação voltada para o campo profissional.

Para tal, o Ministério da Educação criou Comissões Verificadoras que visitam periodicamente os cursos ofertados pelas instituições de ensino ou aqueles em implantação, no intuito de orientar e fiscalizar e coibir os excessos e distorções do processo, além de tentar sanar as enormes distorções verificadas

no período inicial de suas ofertas. Mesmo assim, algumas instituições insistiram em burlar o processo interpretando a bel prazer os dispositivos e legislações, oferecendo programas e instalações de forma precária e pouco condizente com as necessidades da formação para o campo profissional.

Há de se destacar a polêmica Resolução nº 02/1984, do extinto Conselho Federal de Educação, que fixou normas e um currículo mínimo para o Curso de Comunicação Social. O dispositivo foi bastante criticado, devido à filosofia utilizada como parâmetro para a sua confecção: a padronização. A resolução perdurou por duas décadas sendo o modelo único como base para o funcionamento e reconhecimento das escolas nas diversas regiões brasileiras.

Os principais críticos da resolução se referiam a ela como sendo uma “camisa de força” que tolhia as atividades e a criatividade das instituições em questões de oferta diferenciada no mercado. Além disso, parte do peso das críticas residia no fato de que a base utilizada para a sua confecção só observara os parâmetros da Região Sudeste, ignorando as características diferenciadas de outras regiões para as quais os cursos eram direcionados.

Contudo, há de se reconhecer que, embora ainda não sendo a solução ideal, a partir dessa legislação muitos abusos foram evitados, e a formação para o campo passou a ter um norte e balizadores em prol de uma melhor oferta. Muitas instituições foram obrigadas a se adequar para sobreviver, fato este que contribuiu para a diminuição do verdadeiro fosso existente entre o que era ofertado aos estudantes e o ideal para uma formação necessária para o mercado.

Cicília Peruzzo, em seu artigo *Tópicos sobre o ensino da comunicação no Brasil*, critica o modelo:

Durante muito tempo vários cursos de comunicação, no Brasil, justificaram seus problemas ou deixaram de avançar porque ficavam presos a currículos rigidamente construídos, sem as devidas atualizações ao longo do tempo e diante das mudanças ocorridas na sociedade. (PERUZZO, 2003)

Para ela, seja em que época for, os currículos devem ser sistematicamente revistos e atualizados já que os constantes e contínuos avanços no campo da comunicação podem torná-los obsoletos rapidamente:

As mudanças motivadas pelo avanço tecnológico, por exemplo, tornaram arcaicos currículos, procedimentos, técnicas e laboratórios que têm deixado muitos cursos em grande defasagem quanto às demandas da sociedade. Quando um currículo é concebido sem permitir certas doses de flexibilidade, ele pode se tornar um entrave para o avanço do ensino. (PERUZZO, 2003)

As controvérsias a respeito da qualidade da formação superior, no entanto, permaneceram e continuaram a aquecer as discussões a respeito da temática.

Graça Caldas (2003), no entanto, defende a formação com essas palavras:

Os argumentos da baixa qualidade do ensino universitário na área de Comunicação são muitas vezes falaciosos e demonstram um desconhecimento das empresas de comunicação e dos profissionais do mercado, distantes da academia. Se é verdade que nem todas as escolas atingiram ainda as condições ideais na formação de seus profissionais, a responsabilidade não pode ser atribuída a seus coordenadores, corpo docente e alunos, preocupados com ensino de qualidade. (GRAÇA CALDAS, 2003)

Para ela, um dos grandes problemas para a qualidade dos cursos, verificada entre as décadas de 1960 a 1980, residia “na contratação de professores horistas, sem dedicação à pesquisa, nas salas de aula inadequadas, recursos audiovisuais limitados e, principalmente, no tamanho das turmas que variavam de 60 a 80 estudantes, em escolas particulares”.

A evolução do ensino de graduação na área de comunicação/jornalismo, ao longo de sua existência, é referendada pela autora:

A formação do profissional de Comunicação vem passando, de forma acelerada, por mudanças fundamentais. Ora favorecendo a formação humanística com dois anos básicos comuns e dois profissionalizantes, ora privilegiando a formação específica e tecnicista e, finalmente, tentando uma formação híbrida que dê conta da demanda do mercado e, ao mesmo tempo, que possibilite uma formação cultural sólida. (GRAÇA CALDAS, 2003)

Marques de Melo (2006), contudo, considera Luiz Beltrão como o primeiro a concretizar algumas das iniciativas vislumbradas e desejadas por educadores como Pedra Parafita de Bessa e Danton Jobim no campo dos estudos científicos do Jornalismo brasileiro. Para ele, a criação do curso de jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco, por Beltrão, em 1961, proporcionou a renovação do ensino de jornalismo no Brasil:

Até então, as escolas superiores que formavam jornalistas em nosso país limitavam-se a um tipo de ensino acadêmico, no qual havia nítida predominância das matérias humanísticas e inexistiam, na prática, atividades de pesquisa e experimentação profissional. (MARQUES DE MELO, 2006)

O programa de curso estipulado por Beltrão para a Universidade Católica de Pernambuco, considerado por Marques de Melo como um marco na renovação e avanço pedagógico para o ensino do jornalismo e da comunicação no país, tinha a seguinte filosofia:

a) “Formar profissionais, ministrando-lhes conhecimentos da técnica de captação, redação, interpretação, seleção e apresentação gráfica da notícia,

com a utilização de métodos e processos racionais e práticos e, simultaneamente, das ciências e das artes que permitem elevar o seu nível cultural.

b) Promover e desenvolver pesquisas e análises sobre os meios de comunicação coletiva, baseados nos modernos métodos de investigação e com o emprego de instrumental adequado, controlando não somente a melhoria dos padrões técnicos da imprensa de seu país ou região, mas também sua maior influência na formação da opinião pública.

c) “Funcionar como um núcleo de renovação dos processos jornalísticos, servindo de laboratório para experimentações morfológicas e de conteúdo (redacionais) das matérias, seções e serviços que a comunidade espera encontrar nos meios de publicidade”.

Ainda na opinião da professora Graça Caldas,

as novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Jornalismo, todas baseadas em experiências e pensamentos de educadores desse campo, certamente contribuiriam para agilizar as necessárias reformas de muitos dos cursos, principalmente daqueles que estavam engessados pelo currículo mínimo. Entretanto, como as avaliações estabelecidas pelo Ministério da Educação para a área tinham como parâmetro esse documento de 1999, instituído a partir de uma discussão ampla entre professores de Comunicação, profissionais da área e sindicatos, os limites das mudanças e autonomia dos cursos estavam claramente estabelecidos. (2003)

Em seu artigo *Ensino da Comunicação no Brasil: panorama e perspectivas*, Caldas alerta para o fato de que algumas escolas, no entanto, anteciparam-se ao processo e fizeram as suas próprias avaliações institucionais e introduziram mudanças curriculares, antes mesmo das novas Diretrizes.

Peruzzo (2003) destaca que mudanças significativas para a melhor formação foram conquistadas a partir da Lei de Diretrizes e Bases do País, que permitiu mais flexibilidade nas estruturas curriculares e estabeleceu parâmetros exigindo, paralelamente, a titulação do corpo docente nas instituições de nível superior.

(...) a flexibilização da estrutura curricular dos cursos de comunicação foi um dos ganhos mais importantes na história recente do ensino na área. O antigo “currículo mínimo obrigatório” – que na prática se transformava em “máximo”, porque, prevendo um grande número de disciplinas obrigatórias, restava pouca margem de manobra por parte das instituições – apesar de ter sido válido, por um certo tempo, não permitia a adequação dos cursos às diferentes realidades e regiões do Brasil, entre outras distorções. (PERUZZO, 2003)

Citada pela primeira vez na Constituição de 1934, a LDB, *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*, define e regulariza o sistema de educação brasileiro



com base nos princípios da Constituição. O primeiro texto da lei foi criado em 1961, seguido por uma nova versão em 1971, que vigorou até a promulgação da mais recente em 1996, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Com a promulgação da Constituição de 1988, os textos anteriores foram considerados obsoletos. A atual LDB (Lei 9394/96) é baseada no princípio do direito universal à educação para todos e trouxe diversas mudanças em relação às leis anteriores, entre elas, a flexibilização das estruturas curriculares mencionada no parágrafo anterior por Peruzzo.

Marques de Melo observa que existiu no país, principalmente, a partir da segunda metade da década de 1990, um repentino crescimento na oferta de cursos de comunicação, outro fator de críticas para o setor. Tal fato ocorre pela intenção do Ministério da Educação em ampliar o número de vagas no ensino superior no Brasil, aliado a uma abertura da política empresarial para a área privada, promovida por Fernando Henrique Cardoso.

O crescimento desordenado recebia o aval dos avaliadores do Ministério da Educação, o MEC, nas visitas às instituições. Essas verificações, no entanto, em muitos dos casos, impediram ou adiaram o funcionamento de instituições de ensino “mal intencionadas”, principalmente escolas particulares que cogitavam uma oferta visando mais ao lucro do que à qualidade dos projetos apresentados.

### **3. FORMAÇÃO TEÓRICA X PRÁTICA**

Peruzzo (2003) explica que “o percurso histórico dos cursos de comunicação no Brasil foi marcado por um modelo curricular formado em dois blocos de disciplinas: o primeiro, denominado ciclo básico, e o segundo, ciclo profissionalizante.” O ciclo básico, na fase inicial dos cursos, oferecia as disciplinas de cunho humanístico e de fundamentação geral. Já o profissionalizante era composto por matérias técnicas da área profissional de cada uma das habilitações (Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas, Rádio e TV e Editoração). Era ministrado nos dois últimos anos do curso.

Esse tipo de orientação do Ministério da Educação, que perdurou por vários anos, contribuiu para gerar uma série de distorções e motivar a criação de toda a celeuma em torno da necessidade ou não de os cursos de comunicação se voltarem para uma formação prático-profissional e para o mercado, em detrimento da formação teórica. (PERUZZO, 2003)

O modelo, além de distorções, possibilitou às instituições comprometidas apenas com o lucro financeiro fazer adaptações que amenizavam os custos, mas geravam malformação dos estudantes. Muitas disciplinas, sem o menor interesse ou utilidade para um futuro jornalista, foram incluídas no ciclo básico, tão somente para atender à quantidade de horas exigidas por lei, tornando o curso desinteressante e desestimulante, nessa primeira fase.

Hoje, no entanto, é comum que instituições de ensino procurem não

estabelecer uma separação em blocos de disciplinas teóricas e práticas, fazendo com que elas se mesquem e dialoguem entre si, em um todo, configurando um grande mosaico que tem como objetivo o preparo para o jornalismo. A flexibilização no tocante à antiga estrutura também contribuiu para frear um significativo percentual de evasão observado anteriormente.

A formação que dê ênfase à profissionalização do estudante, segundo o nosso ponto de vista, não significa negar as necessidades da formação teórica do aluno, como por vezes parece estar implícito no discurso de alguns educadores. Consideramos que há de se ter um equilíbrio entre teoria e prática, um equilíbrio entre a formação global e a formação técnico-profissional. Não é possível esquecer que a formação teórica é imprescindível à formação global do estudante, inclusive a profissional. (PERUZZO, 2003)

A professora defende a tese de que tanto a formação teórica quanto a formação técnico-prática são complementares e imprescindíveis para a formação integral do futuro profissional de comunicação. Afinal, o estudante visa a uma habilitação para o mercado, assim como o mercado espera que o estudante que nele ingressa esteja o mais próximo possível de um preparo para o campo de atuação.

#### **4. A FENAJ APOIANDO COM AÇÕES**

Em 1997, a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) em mais uma tentativa de aperfeiçoamento do processo de preparo de profissionais capacitados para o setor, lançou o Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação Profissional, durante o Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado em Vila Velha, no Espírito Santo (ES). A partir dele, observaram-se mudanças substanciais e sistemáticas no setor. As ideias eram justificar e nortear os objetivos da formação, visando à preparação de melhores quadros profissionais para o mercado de trabalho.

A necessidade do diploma para o exercício do jornalismo, como sabemos, foi abolida em 2009, a partir de um julgamento, cuja fundamentação pode ser considerada esdrúxula e, no mínimo, desrespeitosa a toda uma categoria profissional.

Por oito votos a um, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiram derrubar a exigência do diploma para exercício da profissão. A medida atendeu a um recurso protocolado pelo Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo (Sertesp) e pelo Ministério Público Federal (MPF), que pediam a extinção da obrigatoriedade dessa certificação.

Gilmar Mendes, então, presidente do STF, foi o relator do processo. Em seu argumento, ele declarou que “a formação específica em cursos de jornalismo não é meio idôneo para evitar eventuais riscos à coletividade ou danos a terceiros.” Acompanharam o voto do relator, na ocasião, os ministros Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Eros Grau, Carlos Ayres Britto, Cezar Peluso, Ellen

Gracie e Celso de Mello.

Marco Aurélio Mello, único voto a favor, justificou sua posição afirmando que “qualquer profissão é passível de erro, mas o exercício do jornalismo implica uma ‘salvaguarda’”. Para o ministro, o jornalista deve ter uma formação básica que viabilize sua atividade profissional, que repercute na vida do cidadão em geral.

Sérgio Gandini, ex-diretor do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo, em declaração ao portal da revista *Imprensa*, afirmou que

as velhas teses de liberalização já se mostraram, em diversos setores, que não passam de apostas retóricas para desmontar as profissões com suas consequências sociais prejudiciais tanto para os profissionais, quanto para os usuários da informação. E que essa mesma lógica vale para o jornalismo, que não pode ser controlado por alguns poucos grandes grupos empresariais. (PORTAL REVISTA IMPRENSA, 2012)

Alheios a todo esse emaranhado de opiniões e à polêmica sentença do STF, atualmente 70 mil estudantes ainda permanecem matriculados em 370 cursos de jornalismo em todo o país, segundo estimativas da mesma edição da revista *Imprensa*.

Entidades como o Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ) e a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM) e a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), entre outras, prosseguem fomentando contínuos e sistemáticos debates sobre o tema formação e seu campo de atuação no mercado de trabalho e na academia, incentivando inclusive a produção de material crítico a respeito, que é apresentado sistematicamente em seus eventos.

O Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ), por exemplo, uma sociedade civil, sem fins lucrativos, que tem entre os seus objetivos a colaboração no aprimoramento e desenvolvimento da formação jornalística universitária no país, apoiou recentemente a realização, em Viçosa (MG), do Encontro Mineiro de Professores de Jornalismo (EMPJ), que foi mais uma oportunidade de promover ampla discussão sobre a qualidade da formação profissional no país.

O evento, realizado em abril de 2011, foi organizado por professores do Curso de Jornalismo do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Viçosa (UFV). A temática central foi justamente “O fortalecimento da formação superior como elemento constitutivo e legitimador do campo de jornalismo”. A temática acabou puxando outras abordagens no encontro, tais como Novas Diretrizes Curriculares do Jornalismo; Teoria e/ou prática nos currículos dos cursos de jornalismo; Panorama da produção acadêmica em Jornalismo; Do direito humano à comunicação – as ameaças que vêm comprometendo o exercício do jornalismo no campo profissional; e Estágio acadêmico em jornalismo, entre outros.

Essa temática é sistematicamente discutida em outros eventos semelhantes país afora para que o resultante das discussões seja levado à discussão em eventos nacionais como o ocorrido em Uberlândia (MG), em abril do corrente ano. Lá, foi realizado o Fórum Nacional de Professores de Jornalismo, reunindo as discussões de todos os congressos regionais, além de revitalizações sobre o tema e sobre outros que permeiam o assunto.

Até Uberlândia, professores, estudantes e profissionais do setor ainda aguardavam uma posição do Senado Federal sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 33/2009, de autoria do senador Antonio Carlos Valladares (PSB-SE), que restabelece a exigência do diploma para o exercício da profissão de jornalista.

No dia 7 de agosto do corrente ano, finalmente, o plenário do Senado aprovou em segundo turno a proposta de emenda, que estabelece a exigência do diploma de curso superior em jornalismo como requisito para o exercício da profissão de jornalista. A proposta foi aprovada com 60 votos favoráveis e quatro contrários. A emenda terá ainda de ser votada em primeiro e segundo turno na Câmara dos Deputados. Se for modificada na Câmara, volta para nova apreciação do Senado.

Como podemos notar, professores, estudantes, entidades de classe, escolas de comunicação/jornalismo, profissionais e demais interessados no tema mantêm diálogos, estudos, debates, eventos e publicações no sentido não só de entenderem os meandros e transformações por que passa a formação profissional no campo do jornalismo, bem como no sentido de avançar e aperfeiçoar essa formação.

Entendemos que a continuidade das pesquisas, do diálogo e dos debates em torno das questões pertinentes à formação profissional é bem-vinda, tendo em vista que todos os interessados no tema desejam o aperfeiçoamento e os bons resultados para esta profissão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CALDAS, Graça. Ensino de comunicação no Brasil: Panorama e perspectivas. In. *Retrato do Ensino em Comunicação no Brasil - Análises e Tendências*. PERUZZO, Círcia M. Krohling e SILVA, Robson Bastos da (Orgs) São Paulo: Intercom, Taubaté: UNITAU, 2003.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. *Formação Superior em Jornalismo – Uma exigência que Interessa à sociedade*. Florianópolis: Imprensa UFSC, 2002.
- KUNSCH, Margarida M. Krohling (org). *O ensino da comunicação: análises, tendências e perspectivas*. São Paulo: Associação Brasileira das Escolas de Comunicação/ ECA USP, 1992.
- MARQUES DE MELO, José. *Metamorfose da Comunicação no Século XXI: panorama visto do campus*. São Paulo: INTERCOM, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Teoria do Jornalismo – Identidades Brasileiras*. São Paulo: Paulus, 2006

- MARQUES DE MELO, José. *Contribuições para uma Pedagogia da Comunicação*. São Paulo : Editora Paulinas, 1974.
- MEDISTCH, Eduardo. A questão da prática em Paulo Freire e o “Projeto Universidade Aberta” do Curso de Jornalismo da UFSC. In. PERUZZO, Cicília M. Krohling e SILVA, Robson Bastos da (Orgs) *Retrato do ensino em Comunicação no Brasil – Análises e tendências*. São Paulo: Intercom/Unitau, 2003.
- MOURA, Claudia Peixoto de. *O curso de comunicação social no Brasil: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares*. Porto Alegre: EDIPUCS. 2002.
- PERUZZO, Cicília M. Krohling e SILVA, Robson Bastos da (orgs). *Retrato do ensino em Comunicação no Brasil – Análises e tendências*. São Paulo: Intercom/Unitau, 2003.
- PERUZZO, Cicília M. Krohling e SILVA, Tópicos sobre o ensino de comunicação no Brasil. In. PERUZZO, Cicília M. Krohling e SILVA, Robson Bastos da (Orgs) *Retrato do ensino em Comunicação no Brasil – Análises e tendências*. São Paulo: Intercom/Unitau, 2003.
- PORTAL REVISTA IMPRENSA. *Professores de Jornalismo do FNPJ falam das mudanças no ensino após queda do diploma*. Disponível em: <[http://portalimprensa.uol.com.br/revista\\_imprensa/conteudo-extra/48344/professores+de+jornalismo+do+fnpj+falam+das+mudancas+no+ensino+apos+queda+do+diploma](http://portalimprensa.uol.com.br/revista_imprensa/conteudo-extra/48344/professores+de+jornalismo+do+fnpj+falam+das+mudancas+no+ensino+apos+queda+do+diploma)>. Acesso em: 25 mar. 2012.
- SÁ, Adilsa. *O jornalista brasileiro*. 2ª Ed. rev. ampl. e atual. Fortaleza: Edições Fundação Demócrito Rocha, 1999.

Recebido em: 15/03/2012

Aceito em: 15/04/2012